História do Municipalismo
Poder Local e Poder Central
no Mundo Ibérico

ELEVAÇÃO DE ITU Á VILA (1657)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO PORTO NO SéCULO XVIII

Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes

Falar sobre a administração municipal do Porto implica em primeiro lugar uma definição do território sobre o qual se exerce o poder da edilidade portuense.

Em segundo lugar, cabe a apreciação da organização administrativa do poder municipal, passando em seguida a uma análise da composição do Senado da Câmara e dos elementos auxiliares da sua acção governativa.

Todos estes temas foram alvo do meu interesse e estudo aprofundado – dando especial atenção à caracterização social das Elites da Governação – e inseridos numa dissertação de doutoramento que apresentei recentemente, pelo que, embora constituam ainda novidade, procurei trazer a este Seminário Internacional sobre a História do Municipalismo certos aspectos práticos da administração da Cidade do Porto que não foram contemplados no referido trabalho.

Refiro-me à forma como a equipe do Senado resolve diversos problemas do quotidiano governativo, para o que se por vezes apenas procede de acordo com ordens estipuladas pelo poder central e regulando-se por usos ancestrais, noutras ocasiões, está bem patent a iniciativa do elenco da edilidade portuense no sentido de actuar de maneira a defender sempre o “interesse do público”.

Esta expressão reveste-se de uma certa ambivalência, ou seja, assiste-se por um lado à defesa dos interesses do público “tout court”, especificamente no que respeita às servidões comuns de logradouros, de montes maninhos; à acessibilidade das vias de comunicação quer terrestres, quer fluviais; ao impedimento de aumento de preços devido ao intitulado “a travessamento” nos géneros e tantas outras situações. Por outro lado, observa-se a defesa da “res publica” que passa pelo acautelamento dos Bens do Concelho.

Assim, após uma breve passagem pelas estruturas do poder municipal, tecei algumas considerações sobre as situações que acabei de enunciar.

I – O território

O concelho do Porto não se limita à cidade do mesmo nome, a qual era a “sede” de uma zona mais vasta, a que se chamava Termo ou Alfoz.

Na Época Moderna, o Termo do Porto era constituído por sete julgados desiguais em extensão e em número de habitantes².

A Norte do Douro esses julgados são: BOUÇAS; MAIA; REFOIOS DE RIBA D’AVE; AGUIAR DE SOUSA; PENAFIEL; GONDOMAR.

A Sul do Douro: GAIA.

Alguns lugares importantes sob o ponto de vista demográfico e económico, embora situados dentro das referidas circunscrições, merecem destaque em perspectiva institucional:

A Sul do Douro: Vila Nova, no concelho de Gaia

A Norte: S. João da Foz; Matosinhos; Leça da Palmeira; Azurara; Leça do Balio; Rebordões; Alfena; Valongo; Penafiel³.

O Termo do Porto consolidou-se com D. João I, em agradecimento pelo auxílio que a cidade lhe prestara como Defensor do Reino, o qual lhe atribuíu em acréscimo os julgados de Bouças, Maia e Gaia (1384) e ainda Penafiel de Sousa e Vila Nova de par de Gaia. Só que estas doações coincidiam com outras que o mesmo Rei ou seus antecessores tinham feito a pessoas nobres, facto que o Senado refere penosamente, pelo que o Rei entendeu confirmar, por carta de 24 de Maio de 1385 a dálvia do Julgado de Bouças, Maia, Aguiar de Sousa, Refojos, Penafiel de Sousa, Gaia e Vila Nova de par de Gaia⁴.

---


1 – Freguesias do Termo do Porto

Estamos perante uma tarefa ainda não conseguida na sua plenitude, pois continuam a subsistir dúvidas quanto à composição exacta das freguesias de cada Julgado. No entanto, seguiremos as investigações sobre o assunto efectuadas pelo historiador Francisco Ribeiro da Silva².

1.1 – Julgado de Bouças – não coincide com o actual concelho de Matosinhos, senão no núcleo primordial – BOUÇAS, MATOSINHOS, LEÇA e GUILFÓES. Algumas freguesias que o integravam passaram hoje para o concelho do Porto, mas outras que pertenciam à Maia passaram para Matosinhos³.

1.2 – Concelho da Maia – era vasto em área e em número de paróquias, as quais se encontram actualmente dispersas pelos concelhos da Maia, Vila do Conde, Santo Tirso, Valongo e Matosinhos. O Couto de Paranhos⁴ e o de Rio Tinto, embora dispusessem de justiças próprias, também se situavam na antiga terra da Maia, assim como os lugares fronteiriços de Valongo, Azurara e Alfena⁵.

1.3 – O concelho de Refoios de Riba d’Ave – a paróquia de S. Cristóvão de Refoios era a sua sede e estava intercalado de Coutos e Houtras.

O actual concelho de Santo Tirso, perdeu parte da antiga circunscrição – freguesias de Penamaior e Seraoa – em favor de Paços de Ferreira, mas em compensação ganhou várias do concelho da Maia e ainda outras na margem direita do Ave que se situavam fora do Termo do Porto.

1.4 – Aguiar de Sousa – “estendia-se por uma faixa estreita e comprida, desde o Douro até à Ribeira de Vizela”. As suas freguesias de então dispersam-se

---


⁴ Em relação à Paranhos, não se percebe bem se este tanto foi integrado no Termo do Porto, como freguesia da Cidade do Porto, pois, grande parte dos casos de emprazamentos que chegaram ao desembargo do Paço, são sobre a “freguesia de Paranhos”. Podemos citar como exemplo, a resposta dada pelo Senado a um pedido de parecer do Desembargado do Paço sobre um emprazamento na citada freguesia, efectuado por Manuel de Moura da freguesia de Paranhos, o qual pedia em 1786, a confirmação de emprazamentos que lhe tinham sido feitos em 6-10-1767 de porção de terra baldia sita na mesma freguesia, ao que a Câmara depois de visitar a local entendeu que a Rainha devia sentir com as devidas devidas cautelas. In A.H.M.P., Cptidora ao Governo, Lv 2057, H.164v; 165v. (1786/08/26).

actualmente pelos Concelhos de Lousada, Paços de Ferreira, Paredes, Valongo e Gondomar, sendo Aguiar de Sousa hoje em dia, somente uma freguesia do concelho de Paredes³.

1. 5 – Concelho de Penafiel – corresponde a Arrifana de Sousa ou a Penafiel, após 1770. Até esta data, compunham-no 41 freguesias sendo o traçado actual do concelho muito semelhante ao do antigo, salvo a perda de Lodares e Torrão, o acrescinto de Sebolido e o desaparecimento de algumas freguesias (Rande, S. Tomé de Canas, Boavista, Coreixas e S. Miguel de Paços). Outras alteraram a toponímia: Gandra por Cabeça Santa e Santo Adrião de Canas, por Duas Igrejas⁶.

A pesar de o documento que determina a sua elevação a Cidade e consequente independência face ao Termo do Porto em 1770, se intitular “Carta de Ley da criação de Arrifana de Sousa em Cidade de Penafiel com os privilégios de outras Cidades destes Reinos”, o certo é que nos livros de Vereações da Câmara do Porto há muito que se referenciava o nome de Penafiel para Arrifana de Sousa, pois o concelho também era já conhecido por Penafiel de Sousa.

Na segunda metade do século XVIII a mesma Câmara deixa de nomear Almotacés para “Penafiel”¹¹, mas continua a nomear Ouvidor, Procurador e Meirinho¹²; por outro lado, o Juiz de Fora do Cível em 9.12.1752, refere que o rendimento do seu lugar era menor com a “desanexação da Villa de Arrifana de Sousa”, que passara a ser “ocupação do Juiz do Crime e auditor de gente de Guerra que se lhe desmembraram”, ou seja, preparava-se de certa forma a separação de Penafiel, que viria a acontecer mais tarde.

Em 28.6.1770, cerca de três meses após a promulgação do Alvará referente à Cidade de Penafiel, o Rei determina o seu Termo:

> “Todas as terras pertencentes à Coroa sitas no Julgado de Penafiel, como nas Honras de Barbosa e Bechêria de Galegos, Couto de Entre-Ambos-os-Rios e Vila de Melres e Couto de Meyneda”¹³.

---


1.6 - Concelho de Gondomar – era constituído por apenas 7 freguesias, sendo duas delas (Campanhã e S. Pedro da Cova) Coutos do Bispo do Porto. O actual concelho perdeu parte da freguesia de Campanhã mas foi aumentado com a de Rio Tinto, e grande parte do Julgado de Aguiar de Sousa, obtendo ainda uma parcela situada a sul do Rio Douro⁴.

1.7 - Concelho de Gaia – mantém essencialmente o traçado antigo, tendo-lhe sido acrescentadas as freguesias de Crestuma, Lever e Sandim e da parte da freguesia de Olival que não pertencia ao antigo Couto de Pedroso, mas perdendo Guetim a favor do concelho de Espinho⁵.

Não existiam sobreposições entre as circunscrições eclesiásticas e cívicas⁶.

2 – Jurisdição

A Cidade do Porto exercia jurisdição e senhorio sobre o território considerado, o qual coincide, em grande parte, com o actual distrito.

No entanto, não o fazia de forma semelhante na sua totalidade, pois devemos estabelecer uma distinção fundamental entre o território devasso, isto é, totalmente sujeito à Câmara e as parcelas privilegiadas que eram os Coutos e as Horas.

2.1 – Competências da Câmara sobre os Julgados

De um modo geral as competências da Câmara sobre os Julgados eram as mesmas do que sobre o território municipal. Assim a Câmara devia:

1 – Nomear funcionários aos quais delegava poder para administrarem a justiça nos diversos concelhos e lugares mais importantes e zelarem pelo bom andamento da vida pública do seu Julgado⁷; eram os OUVIDORES e a sua acção abrangia as acções cíveis até 400 réis em processo sumário que não conhecia apelo nem agravo. Competia-lhes mandar prender

---

⁷ Durante o mês de Janeiro de cada ano era dado o juramento pelos Santos Evangelhos a todos os “oficiais das Justiças” de cada jurisdição – ver para a segunda metade do século XVIII – A.I.M.P., L. Vereações 81-97.

2 – Competia ainda à Câmara nomear funcionários administrativos para todas as freguesias do Termo, excepto para as integradas nos Coutos e Honras. As principais instituições administrativas e judiciais das zonas rurais eram três: Juradia, personalizada pelo Juizado que exercia a sua acção (mandato de 1 ano), numa área que por vezes não correspondia à totalidade da freguesia; o Coudel ou Juiz da Montaria, também chamado Coudel da Raposa (mandato de 1 ano); e o Quadrilheiro (mandato de 3 anos) – conforme a área, a freguesia podia eleger mais do que um desses funcionários.

---

15 Ord. Filip. LVI. I, tit. 63 § 73.
17 A figura do Procurador (nóvelte em relação ao que ocorria no Porto da dinastia Filipeina) é bem perceptível em todo o século XVIII, servindo possivelmente de elo de ligação entre o Termo e a Câmara portuense. Ver A.H.M.P., LVI. Verificações 81-97.
18 No que diz respeito aos Almotacés registava-se uma modificação relativamente ao que ocorria no Termo do Porto no século XVII. Como explicámos anteriormente, Penafiel, ex-Arrifana de Sousa elevou-a a Cidade por decreto do tempo do Marquês de Pontal. Apesar da Câmara portuense continuar a nomear Ouvidor, Procurador e Meirinho para o seu concelho, deu-se de nomear Almotacés para essa Cidade. Em contrapartida, surge Azurara com Almotacés, facto que não ocorre no século anterior; significa que estaria a crescer.
20 A propósito do problema do controlo dos animais selvagens, nomeadamente lobos, o Senado pronunciou-se acerca do requerimento de José António Ferreira da Costa Lima, da freguesia do Teilhado, termo de Barcelos que, em 1784, pretendia ser Monteiro-mor do Concelho de Aguilar de Sousa, termo da Cidade do Porto; depois de convocar o “Ouvidor, o Procurador e Elementos” do mesmo Concelho perguntam-lhes se aí tinha havidos Monteiro-mor ao que responderam que não porque não havia “lobos nem bichos que faça danno aos moradores e criações, havendo para se
3 – A Câmara do Porto, representada pelo Juiz de Fora e Vereadores, acompanhados do Procurador da Cidade, pelo Escrivão da Câmara e às vezes pelos Procuradores do Povo, fazia anualmente a correição pelo Termo. O objectivo era verificar o cumprimento dos preços dos produtos tabelados, especialmente do vinho, punindo-se os infractores, reverteendo as multas para os cofres camarários. Desta forma, também entravam no Cofre da Câmara as rendas das coimas de quase todos os Concelhos do Termo.

4 – Pertencia igualmente à Câmara o controlo das actividades económicas, através da concessão de licenças de comércio. A fiscalização dos preços era, normalmente, efectuada pelos almotacés nos locais onde existiam.

5 – O Almoxarife ou o Executor do Almoxarifado estavam encarregues do recebimento da carga fiscal ordinária dos Julgados do Termo. Esta figura institucional foi banida por D. José I em 1752, passando a haver um Recebedor. No entanto, incumbia à Câmara a organização dos serviços especiais como o lançamento de finta para a construção de pontes ou de obras públicas. Na realidade, na maior parte dos casos o Juiz ou o Ouvidor, colocado pela câmara acumulava a função de Juiz das Sisas e de responsável pelas questões fiscais.

6 – Era obrigação da Câmara, cumulativamente com o Corregedor da Comarca, organizar os mecanismos de prevenção e profilaxia dos surtos epidémicos e doenças contagiosas. A contratação de técnicos de saúde e outras medidas estavam a cargo da Câmara. A Câmara, no século XVIII, tinha a função de capitão-mor, desde que havia companhias de ordenações permanentes na região, colaborando desta forma na organização da defesa militar do Termo, e, nessa qualidade, nomeava capitães, alferes, sargentos entre outros e procedia ao recrutamento de ordenações.

7 – A Câmara podia ainda exigir dos moradores do Termo prestação de serviços para o bem comum, como por exemplo, o concerto de vias públicas situadas na zona da sua residência, colocando estes muitas vezes à disposição não só o seu trabalho mas também juntas de carros de

fazer montaria às raposas hum Juiz e hum Caudel; e que o suplicante nem he natural nem morador no referido conceelho, mas sim no Termo de Barcelos”. Perante este parecer dos locais, o Senado comunica à Rainha que o suplicante queria o “emprego, só a fim de gozar dos privilégios delas sendo outro serviço mais do que hir de outro diverso e distante termo, vexar os povos daquelle conceelho com desnecessárias montarias”. A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 79v-81 (1784/07/24).


24 A Câmara, através dos Guardas-mores da Saúde controlava a entrada de navios na Barra do Douro, determinando a prática de quarentena em caso de necessidade.
bois, no caso de serem lavradores e viverem a duas léguas da Cidade, para transporte de materiais para a construção de vias, de calçadas, de chafarizes da cidade.

2.2 – Jurisdição sobre Coutsos e Honras

Os Coutsos e Honras eram uma realidade significativa do Termo do Porto. À partida constituíam locais de isenção do Poder Municipal, gozando de jurisdição cível. Assim, eram os senhores donatários que aí nomeavam juiz, procurador, almotacê e outras justiças, após um sufrágio popular presidido por eles próprios ou seus delegados.

No entanto, a jurisdição crime pertencia normalmente às autoridades municipais, encabeçadas pelo Juiz de Fora, pelo que a Câmara nomeava quadrilheiros para essa circunscrição. Havia exceções, como por exemplo, os criados e servos dos cavaleiros da Ordem de Malta que gozavam dos privilégios da Ordem não só no que respeita ao cível mas também ao crime. No século XVIII, a jurisdição municipal alargava-se pelo menos aos Coutsos de Leça e de Rebordões, para os quais a Câmara portuense nomeava Juiz e Meirinho.

2.3 – Confliitos de Jurisdição

Nas fontes consultadas não se registam conflitos de jurisdição, excepto numa ocasião em que surgiram dúvidas que foram conduzidas até ao Desembargo do Paço. Decorria o ano de 1781, quando o Senado enviava à Rainha D. Maria I um parecer sobre uma matéria respeitante a baldios de Azurara. Surgiram questões que envolviam os direitos de jurisdição de Azurara e Pindelo pertencentes ao Termo do Porto, terras que foram doadas ao Marquês de Vila Real mas só com “direitos e foros”, continuando a jurisdição a pertencer à Câmara do Porto. Quando a Câmara de Vila do Conde quis fazer um cais no Rio que divide os territórios, mas na parte de Azurara, a Câmara do Porto não permitiu porque entendeu que era “uma inovação perturbativa da sua jurisdição”, o que confirma que

---

25 Ver a este propósito SILVA, Francisco Ribeiro da – O Porto e o seu Termo (1580-1640): os Homens, as Instituições e o Poder. Porto: Câmara Municipal, Arquivo Histórico, 1988. (Documentos e Memórias para a História do Porto, 46) p. 65, o qual refere serem os Coutsos e Honras existentes no Porto e seu Termo os seguintes: Coutos: de Entre-os-Rios; de São João da Foz; de Cedofeita; de Paranhos; de Campanhã; de Rio Tinto; de Leça; de Avintes; de Pedroso; de Grijó; de Santo Tirso, de Roriz; de Negrelos; de Francemil; de Ferreira; de Cerca; de Paço de Sousa; de Bustelo; de S.Pedro da Cova; Honras: de Paços; de Rebordões; de Frazão, de Sobrosa; de Louredo; de Bairro; de Galégoes; de Barbosa; de Aveleda e Maceira.

26 A.H.M.P., Código ao Governo, Lv. 2057, fl.3-iv. (1781/06/18).

27 A.H.M.P., Código ao Governo, Lv. 2057, fl.3-iv.
esta lhe pertencia. A Câmara deslocou-se em Correição ao local e verificou que afiavam a tapar baldios; era um particular, António Teixeira Machado, da Cidade do Porto, cujo Procurador afirmou que obtivera emprazamento pela Junta da Serenissima e Real Casa do Infantado, em que lhe era facultado aquele terreno.

Suspenderam o acto de Correição a respeito da terra emprazada, mas acerca do assunto comunicam à Rainha que o prazo fora feito em monte maninho, público e pertencente ao Concelho de Azurara, termo da Cidade do Porto e de Jurisdição Real, e não pertencia à Serenissima e Real Casa, porque na doução que a esta fora concedida, "nella não se incluíram os Maninhos", e sendo assim o Concelho de Azurara "se acha na antiquíssima de arrendar aquelles terrenos para as despezas do mesmo Concelho e a terça para Vossa Megestade". Pedem que sejam dadas "providencias efficazes a fim de que esta Câmara seja conservada no seu direito e posse, e aquelle Concelho no direito que lhe compete no terreno", já que não era da "benigna intenção e innata piedade de Vossa Megestade que haja excesso de jurisdições, mas sim que cada hum se contente na que lhe he concedida". Iriam também dar parte do assunto ao Rei D. Pedro III, pelo Tribunal da Junta da Serenissima Real Casa do Infantado.

3 - O espaço urbano e o suburbano

A cidade do Porto, durante o século XVIII era ainda caracterizada por um espaço dentro das muralhas, e outro "extra-muros", o qual, se encontrava nessa fase em plena expansão, comprovando o enorme aumento demográfico que se vivia na época. Assim, em 1740, a Mesa Grande da Relação fez incorporar no Porto as freguesias de Massarelos e Cedofeita (esta última um Couto da Colégia de Cedofeita), passando a cidade a ficar constituída por três freguesias "intra-muros" (Sé, S. Nicolau e Victória) e por quatro "extra-muros" (Santo Ilde-
fonso, Miragaia, Massarelos e Cedofeita). Várias Portas permitiam a circulação entre estes dois espaços.

Por outro lado, as freguesias de Campanhã e Lordelo do Ouro, dos arredores da Cidade, faziam parte do Terro Velho do Porto, usufruindo por isso de algumas regalias fiscais.

O burgo propriamente dito era constituído pelo espaço contido no interior das muralhas, tema já suficientemente abordado por vários autores, mas importa referir as Portas principais que se abriam ao longo da muralha, pelas quais se procedia à circulação de pessoas e bens. Eram as seguintes:

- Porta da Ribeira, na Praça do mesmo nome;
- Porta do Cimo de Vila, junto a Nossa Senhora da Batalha;
- Porta de Carros, cerca do Mosteiro de Ave Maria;
- Porta do Olival, voltada para a Cordoaria Nova;
- Porta Nova (ou Nobre) na entrada de Miragaia.

Segundo Pereira de Novais ainda havia ao longo da muralha mais 12 postigos ou portas secundárias, embora este seja um número algo contestado.

A propósito das Portas da Cidade do Porto, em 1752, o povo da mesma Cidade fez um requerimento ao Rei acusando o "embaraço" da serventia da Porta da Ribeira por causa das tendas. De facto, a Porta da Ribeira servia para a passagem de todas as mercadorias que vinham do rio Douro para a Praça do Peixe. Só cabiam duas carruagens por causa das tendas e mesmo quando havia feriado essas tendas ficavam dentro de "almários" e caixões postos sobre mesas que era costume armarem-se de manhã e levantarem-se à noite "por serem de levante e portátiles". Acontece que os lugares que ocupavam essas tendas tinham sido emprazados há muitos anos pelos "Vereadores antigos", e pagavam foro à Câmara, embora pouco significativo. Os Vereadores de então disseram que só

---

35 A.H.M.P.,LV. Sentenças, n° 5, fl. 121.
38 A.H.M.P., Capitão ao Governo, Lx. 2057, fl. 18, 18v. (1752/02/23).
39 A.H.M.P., Capitão ao Governo, Lx. 2057. fl. 18, 18v
tinham tomado posse havia dois meses e que não podiam actuar sem ordem régia sobe o assunto, visto os donos das tendas serem "eminentes de muitos anos"[40].

A Cidade usufruía de locais de lazer, grandes Praças ou Rossios, tal como qualquer outra cidade europeia da época. Muito se tem dito sobre os espaços da Cidade que se abriam ora na Praça da Ribeira, de todas a maior, ora no Terreiro de São Domingos ou o rossio de São Bento[41].

O século XVIII vai ser pródigo em magníficas casas e quintas[42], seja na Cidade ou nos arredores do Porto, o que não é de estranhar, pois só a presença de Nicolau Nasoni[43] asseguraria a arquitectura de uma boa parte delas. Muitas pertenceram aos Homens da Governança de então.

A partir de finais do século XVIII, é incrementado o jardim público que assume um papel equilibrador numa sociedade cada vez mais confinada a espaços exíguos próprios da evolução económica que se vive, sendo a cidade um crescente pólo de atracção. Assim são criados paulatinamente locais de lazer que até então, em termos de jardins, eram disponibilizados essencialmente pela aristocracia, na esteira do que acontecia noutros países europeus desde o segundo quartel do século XVII[44].

---

II – O Poder Municipal

1 – Organização Administrativa

1.1 – A Câmara

O termo Câmara é referido de forma ambivalente considerando o “corpo de Câmara” ou a estrutura material onde se reunia o Senado e decorria a direção da vida municipal. Neste momento vamos considerar a Casa da Câmara, situada entre o pátio da Sé e a Rua de S. Domingos (2 sobrados, um para o largo da Sé). Pela ameaça permanente de ruina⁴⁵, muitas vezes as sessões eram feitas nos Mosteiros – S. Domingos e S. Francisco, ou nas casas particulares dos Vereadores, ou ainda na Santa Casa da Misericórdia da Cidade do Porto. Em 1784, o Juiz de Fora, Vereadores e Procurador da Cidade enviam uma carta à Rainha D. Maria invocando o seguinte:

— “Por se achar a Caza do Concelho destinado para se fazerem as veraçoens e audiências do Corregedor da comarca e Juizes de Fora do Geral, do Crime, e dos Órfãos, aberta em parte e muito desaprimada com evidente perigo de se arruinur e por essa razão se acharem expostas a grande risco as vidas dos oficiaes da Câmara, dos Ministros e Povo, que vai ás audiencias e também a dos moradores vizinhos, cujos clamores erão repetidos nesta Câmara, mandamos proceder a exame na referida Caza por mestres pedreiros e carpinteiros peritos”⁴⁶.

A conclusão dos peritos foi a de que a Casa estava em ruína. Referem ainda que as paredes já tinham sido “reparadas no ano de 1539 por determinação do Senhor Rei D. João III”⁴⁷. Acontece que a ruína fora agravada pelo Terramoto de 1755⁴⁸. Assim pediam autorização de mudarem o Cartório da Câmara para as

⁴⁵ A.H.M.P., Lv. Vereações 88, fl. 282, 282v – em 1783/02/19, Almotaçês, Nobreza e Povo são chamados a toque de sino para reflectir sobre a questão das obras inacabadas, “mesmo aquelas que Sua Magestade foi servida determinar se fizessem, acrescendo agora a grande ruína em que estava a casa deste Senado da Câmara [...]”. A ruína era tal que era aconsellhada a sua mudança de local. O Procurador da Cidade reclamava um cartório com condições adequadas [o procurador da Cidade petenteia um requerimento com a descrição de tudo o que faz falta, chamando a atenção para o facto da ruína eminente das casas do Senado arrastar consigo outras vizinhas, devido à sua localização].
⁴⁶ A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl.60v-63v.
⁴⁸ Este facto foi concretamente referido na Vereação de 10 de Abril de 1756, que ocorria no Hospital de Santo António, porque a “Torre que serve de Casa da Câmara”, apesar de ter anteriormente sofrido obras, ruíra mais depois do terramoto de 1 de Novembro de 1755. In A.H.M.P., Lv. Vereações 83, fl. 43v.
Casas do Pátio do Colégio de São Lourenço da Cidade do Porto e também para nesse local fazerem as Vereações e os Ministros as suas respectivas audiências, enquanto não tivessem a “mercê de fazer nova Casa da Câmara [...] e também facultarmos licença para demolir a dita caza do Concelho arruinada [...]”49.

E aí permaneceram até se mudarem para a Casa Pia onze anos mais tarde e posteriormente para o Palácio da Praça das Hortas, onde se manteve de 1819 até 191650. O cofre da cidade, que albergava os “bens do concelho”, ficava no séc. XVIII no mosteiro de S.Francisco, que melhor garantia a sua segurança. No entanto, em 18.4.1792, o Procurador da Cidade requereu que o “cofre velho”, que se encontrava na sacristia de S. Francisco e que continha “vários papeis e livros” que deveriam estar em lugar “mais preparado, o qual só era, e o competente, a casa do cartório deste Senado”, ao que deferindo o “juiz e vereadores mandaram que o cofre viesse para o cartório, atento o referido fundamento, e também por estar mais pronto para a ele ir quando for necessário”51. Realmente, iremos ver em seguida que as consultas à documentação referente a todo um manancial de assuntos relacionados com a Câmara, vão ser uma constante.

1.2 — O Cartório Municipal

Durante todo o séc. XVIII e à semelhança do que se passou no século anterior52 o objectivo de preservar toda a documentação municipal foi alvo de grande atenção. Inclusivamente houve a recondução do mesmo escrivão durante anos a fio porque estava a fazer um excelente trabalho de organização e passagem a boa letra de toda a documentação antiga, aí existente53. Invocava o Senado que assim melhor se podiam defender os interesses da Câmara pela rápida consulta de terrenos e edifícios a ela foreiros.

1.3 – A Vereação e as Juntas

As sessões de Vereação deviam ter lugar duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos Sábados, segundo as Ordenações Filipinas. Na prática, o que se verifica nesta 2ª metade de setecentos até 1807, é que o quantitativo de reuniões variava mensalmente entre 4 a 7 vezes. Por vezes nos meses de Janeiro, com a nomeação das justiças para o Terço e outros afazeres mais demorados, as reuniões chegaram a ser nume. Se no século XVII, pelo menos até 1640, nos meses de Agosto e Setembro as vereações se realizavam apenas uma vez por semana, ao sábado, na segunda metade do século XVIII, o que se verifica é uma periodicidade normal de reuniões em Agosto e, em Setembro e Outubro, ocorrerem frequentemente só duas sessões ao todo em cada um destes meses, o que possivelmente estaria relacionado com o maior incremento vinhateiro desta fase cronológica ao qual estava ligado grande parte dos Homens da Governança.

A Vereação presidia o Juiz de Fora, seguido dos 4 Vereadores, com a presença do Procurador da Cidade, e do Escrivão. O Tesoureiro nem sempre estava presente, pois quando era necessário, chamavam-no para assistir à sessão. Os Procuradores do Povo, em número de dois, o respetivo Juiz e Escrivão, estavam normalmente presentes mas nem sempre a sua presença era registada. Como se sabe a Casa dos Vinte e Quatro (corporação dos Mesteres de onde saíam eleitos os representantes do Povo), esteve suspensa durante 38 anos, desde o Motim do Porto em 1757 até ao nascimento do Príncipe da Beira em 1795, pois nesta ocasião a Rainha D. Maria I (por intermédio do Príncipe D. João, seu filho), restabeleceu a referida instituição.

O elenco de Vereadores, que deveria ser constituído por quatro elementos, era por vezes, composto por um número inferior, mas desde que estivessem dois e o Juiz de Fora a presidir, efectuava-se a sessão; ou com três Vereadores, passando o vereador mais velho a Juiz pela Ordenação; No entanto, na 2ª metade de setecentos a tônica é haver um juiz a presidir, seja dos Órfãos ou do Crime que serviam de Juiz de Fora do Cível, sendo muito raras as vezes em que foi necessário recorrer ao “Juiz pela Ordenação”. O motivo reside numa atitude dos próprios Vereadores, como explicitaremos adiante.

Outro aspecto ainda em relação ao funcionamento das sessões, é o facto de haver menos absenteísmo na segunda metade de setecentos do que anteriormente.

---

54 SILVA, Francisco Ribeiro da – O Porto: das Luzes ao Liberalismo... p. 369.
56 A.H.M.P., LVI. Vereações 89, fl. 52. Abordaremos este assunto no tema Os Procuradores do Povo.
A preocupação de substituir o faltoso, chamando-se oficiais com experiência de governo, normalmente dos anos antecedentes, era uma prática que já se verificava anteriormente, ou seja, durante todo o século XVIII, sempre que era necessário mandava-se comparecer na sessão ex-Vereadores, o que significa que a sua participação no Poder não se limitava apenas ao mandato de lei.

Em certas situações o facto de só comparecerem dois Vereadores apesar de o Juiz estar presente, não foi o suficiente para tomar decisões.  

1.3.1 – As Vereações extraordinárias

Por vezes, as sessões regulares de Vereação não bastavam para resolver os problemas da Cidade e do seu Termo. Assim realizavam-se as chamadas “vereações extraordinárias”.

No que respeita ao séc. XVIII essas sessões extraordinárias não se chamam de Juntas, como no século anterior mas apenas “vereação extraordinária”. As Juntas agora são mais específicas e restritas a matérias concretas como por exemplo: Junta do Subsídio Militar, Junta das Décimas, Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, Junta das Obras Públicas.

Nalgumas vereações extraordinárias, a toque de sino chamava-se “Nobreza e Povo” para serem ouvidos sobre determinados assuntos, fossem imposições pecuniárias para acudir a alguma situação, fossem pedidos de pareceres vindos do Desembarço do Paço, normalmente sobre concessões de emprazamentos, para opinaram se prejudicavam, ou não, “o público” ou entre dois candidatos ao mesmo objectivo, qual deles devia ser beneficiado, para depois ser decidido na referida instituição.

O que se pode entender por “Nobreza e Povo”? Nobreza era não só a fidalgua mas também os Cidadãos. Pelos registo dos seus nomes, vemos que na sua grande maioria se trata de gente com experiência de governo, sendo ex-Vereadores, Procuradores da Cidade ou Almocadés. Povo, eram os “não cidadãos”, gente de profissões mecânicas que estavam sempre presente mesmo durante a suspensão da Casa dos 24 (muitos deles assinando de cruz).


58 Ver o desenvolvimento deste assunto, nomeadamente no que respeita ao procedimento de convocação de vereações extraordinárias em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às invasões francesas...
2 – O Senado da Câmara: hierarquia

O Senado da Câmara era presidido pelo Juiz de Fora do Cível, seguido dos quatro Vereadores e do Procurador da Cidade, estando presente nas sessões de Vereação, o Escrivão da Câmara e por vezes o Tesoureiro. Iremos ver em seguida os meandros destas funções.

2.1 – O Juiz de Fora

O Juiz de Fora do Cível, portador de vara branca que o distinguia do Juiz Ordinário, cuja insignia era a vara vermelha	n59, devia tal como este zelar para que nos lugares e termos onde exercessem os seus mandatos não se fizessem malefícios nem malfatores, e em caso de tal acontecer, deveriam proceder contra os culpados	n60.

O Juiz de Fora tinha, além da sua função judicial, um papel político-administrativo em conjunto com os governantes do Concelho. Nessa qualidade, mas também com certas funções judiciais presidia às sessões do Senado da Câmara, estando assim no topo da hierarquia do mesmo. Era um elemento exógeno da Cidade que deveria garantir a imparcialidade das sentenças decretadas em Câmara e decisões de expediente camarário	n61.

A duração do seu mandato deveria ser de 3 anos apenas, sendo sujeito no fim a um “juízo de residência” para se apurar sobre eventuais queixas sobre a sua conduta. No entanto, nesta segunda metade do século XVIII, ocorrem situações particulares no que respeita à duração dos mandatos	n62 que nos provam que em relação a esta figura institucional se pode “ultrapassar” a lei estabelecida, se o seu desempenho interessar. A recondução sucessiva quer de Juízes, quer de Vereadores dá uma imagem de quase profissionalização do Senado.


60 Ord. Filipinas: Fundação Calouste Gulbenkian. Coimbra, 1985, Vol 1, Lv. 1º tít. LXV.

61 D. Afonso IV, ao criar a figura institucional do Juiz de Fora terá em mente nomear um Magistrado “imposto pelo Rei a qualquer lugar”, com o pretexto de que administrariam melhor a justiça do que os Juízes Ordinários, eleitos no lugar, devido às suas “aficições e odios”. In Ord. Filipinas: Fundação Calouste Gulbenkian. Coimbra, 1985, Vol 1, Lv. 1º tít. LXV, nota.

2.2 – Os Vereadores

Eram quatro os Vereadores em cada equipe do Senado. Entre si havia uma hierarquia estipulada pelas Ordenações Filipinas, no topo da qual se situava o Vereador mais Velho. A este caberia presidir à sessão de Vereação, caso o Juiz não pudesse comparecer. Vimos no capítulo anterior (tema I.3. – A Vereação e as Juntas) que esta situação raramente acontecia na segunda metade do século XVIII até ao fim do nosso estudo, estando quase sempre um Juiz de outras Varas, fosse do Crime ou dos Órfãos a desempenhar a função de Juiz do Cível, se tal fosse necessário. Aventámos a hipótese de haver um maior controlo do Poder Central nas Vereações através da presença desta figura externa à Cidade e que, obviamente, teria preparação jurídica específica para julgar certas matérias, coisa que os Vereadores não tinham, pois tal como no século anterior e na primeira metade de setecentos, continuam a pertencer à melhor sociedade local, mas sem preparação jurídica, mais do que a experiência lhes poderia fornecer.

Na realidade o problema de falta de ajuizamento correcto fazia-se, por vezes, sentir o que fica bem patente no “Alvará com força de Lei de 1774”.

No entanto, pela presença constante, como acabámos de afirmar, de um Juiz nas sessões de Vereação na Cidade do Porto, não parece que o Alvará tenha como causa próxima situações ocorridas com Vereadores da mesma cidade.

Aliás, foram os próprios Vereadores que fizeram, em 1752, uma “representação” ao Rei D. José para que se o Juiz do Cível estivesse impedido, fosse substituído pelo Juiz do Crime e no caso deste também não estar disponível, o Juiz dos Órfãos deveria presidir ao Senado.

Em relação às funções e competências dos Vereadores, podemos sintetizá-las da seguinte maneira:

• Administrar dos bens do Concelho – conhecer as existências de bens de raiz e rentabilizá-los; indagar se servidões e possessões da Câmara andam por mãos alheias, recuperando-os;

---

62 A.H.M.P., Liv. Registo 10, fl. 306. (1774-09-20) “Registo do Alvará com força de lei porque Sua Magestade ha por bem prohibir aos vereadores mais velhos juízes pela Ordenação o final conhecimento de todas as causas assim cíveis como criminais”. Ver transcrição e análise do alvará em NUNES, Ana Silvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às invasões francesas...

64 Nas actas das Vereações, o Escrivão começa sempre por registar as presenças, e um facto que se nota de imediato é a diferença entre a primeira metade do século XVIII (já alvo do nosso estudo) e a segunda metade do mesmo, em que se regista de forma permanente a presença de um Juiz, seja do Cível, dos Órfãos ou do Crime, enquanto que na primeira muitas vezes era usada a figura do “Juiz pela Ordenação”, prevista nas Ordenações Filipinas.

• Lançamento de fintas – e de muitos Subsidios – imposições sobre o vinho (quando o cabeção das sisas não chegava), ou sobre vários gêneros, sempre por ordem Régia.
• Dinamização e criação de infra-estruturas – chafarizes, condutas de água, anéis de água, pontes, arruamentos...
• Organização da vida da comunidade – provimento e abastecimento da Cidade em boas condições de quantidade, qualidade e preço; aprovação das corporações de ofícios e empossamento dos dirigentes (juizes); concessão de licenças comerciais, higiene, defesa, festas...
• Atividade judicial – poder executivo à escala local, e, juntamente com os juizes ou com o juiz de Fora despacha as questões de pequenos furtos, de cuja actuação já vimos algumas limitações. Em 1751, a propósito de dúvidas do Juiz do Crime (Dr. António de Sousa da Silveira) sobre o local onde se despachavam as injúrias verbais, temos a informação de que tal ocorria em “com o Juiz do Crime em Mesa separada porque assim sempre fora o costume”67. Também deviam conhecer as questões de almotaçaria. (2ª feira e 5ª feira da semana, além das Vereações).
• Nomeação de funcionários – almocados, alcaide-pequeno, síndico da Câmara, recebedores das sisas, juiz dos Órfãos interino, escribas interinos, guardas e porteiros da câmara e outros cargos de menor alcance.
• Comunicação com a Corte – sempre que necessário comunicam – via epistolar – via instituições intermédias – Desembargo do Paço ou directamente, o que raramente acontece. Por vezes enviavam um representante directamente à Corte, embora as Ordenações Filipinas tivessem estipulado que primeiro deviam pedir autorização para tal acontecer, o que normalmente ocorre.

Quanto à divisão de tarefas – em Lisboa havia pelouros; saúde, limpeza, obras, carnes, terreiro do trigo, almotaçaria. No Porto, tal não ocorre oficialmente, mas interinamente havia distribuição de pelouros, como por exemplo o das carnes, ou o dos arruamentos. O pelouro das carnes foi sempre duma complicação extrema ao longo de todo o período do nosso estudo; após os Vereadores, criou dificuldades de relacionamento com o Cabido e com os Conventos por causa dos açougues68.

68 A matéria relacionada com o tema da carne, é de tal forma vasta que é impossível inseri-la neste trabalho, pelo que futuramente valerá a pena analisá-la em local específico.
Quanto a obras, pela dimensão que assumem na segunda metade do século XVIII, vão em grande parte ser supervisionadas pela Junta das Obras Públicas em colaboração com o Senado.  

2.3 – O Procurador da Cidade

O Procurador da Cidade tinha a função de supervisionar localmente ocorrências problemáticas na Cidade do Porto, levando-as à Vereação, onde se decidiam as soluções.

As matérias a tratar eram múltiplas dependendo, às vezes, da própria sensibilidade e do empenho pessoal do Procurador.

Deixaremos aqui testemunho de algumas matérias por ele tratadas, menos comuns do que as do abastecimento, por exemplo:

- Poluição sonora:

O Procurador da Cidade “propõe que era geral a queixa que fazia o público de se sentir que na Cidade do Porto e seus subúrbios andassem carros com “chidadeiras tão ingratas aos ouvidos que os ministros, e os letrados, e pessoas que em exercício literário, como ainda os negociantes, e pessoas particulares não podiam nos seus respectivos escritórios despachar, e fazer as mais obrigações do seu ministério por causa do embarraco que lhe causam os ditos carros a chiar”, pelo que requeria que se determinasse por acórdão no Senado, que nenhum lavrador ou qualquer outra pessoa entrasse na Cidade com carros a chiar como se tem proibido em “outras cidades civilizadas deste Reino precavendo-se os mesmos lavradores para que se unem os eixos dos seus respectivos carros de forma que os façam calar debaixo das penas que forem justas fazendo-se o mesmo acórdão público pelos editais que forem necessários (a Nobreza e Povo, chamadas à Vereação opinaram que era justo o requerimento);

- Gelosias, dano ao público:

O Procurador da Cidade, em 1785, expõe ao Senado a necessidade de proibir as gelosias nas janelas que já não tinham muita razão de ser, em termos de privacidade, pois já se colocavam “milhos vidros e usam cortinas”, além de que eram perigosas para o público se apodrecessem e

---

69 Ver o desenvolvimento deste assunto em NUNES, Ana Sílvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto desde o advento de Pombal até às invasões francesas...


caissem em cima de alguém e também por causa de possível propagação de incêndios (em Lisboa já eram proibidas pelo Alvará de 15 de Julho de 1759).

Controle dos investimentos financeiros da Câmara:

O Procurador da Cidade requereu, em 1788, que por constar que do Cofre da Cidade se tinham feito alguns empréstimos de dinheiro, e não saber a sua quantidade, e qualidade, que se lhe "assinasse" o dia em que se fosse ao cofre, para o suplicante poder fazer nos livros as averiguações necessárias, e que nesse mesmo acto lhe fossem passadas pelo Escrivão todas as certidões que apontasse, a fim de "promover a arrecadação dos mesmos empréstimos", como era obrigado (o Juiz e Vereadores responderam que eles de per si estavam prontos para ir ao dito cofre todas as vezes que pelo presidente dele, Desembarcador Dionísio Inácio de Mesquita e Castro, lhes fosse determinado).

2.4 – Os Almotacés

Em cada ano exerciam a função de Almotacé seis oficiais ao todo, sendo empossados aos pares por um mandato de dois meses.

Os Almotacés tinham por lei a obrigação de zelar in loco, pelo cumprimento das ordens dadas em Vereação sobre o abastecimento de géneros e preços dos mesmos. Mal entrassem em funções, deviam mandar apregoar que os "Caniceiros, Padeiras, Regateiras, Almocreves, Alfaiares, Capataços e todos os outros oficiais usem de seus Ofícios", no sentido de proporcionarem mantimentos em "abastança". Se os vendedores não cumprissem as ordens estipuladas, os Almotacés, podiam "levantar-lhes vara", ou seja, usar do seu poder de punição aplicando multas, mas em caso de reincidência, o infractor podia ficar inibido de exercer a sua profissão.

Os Almotacés deviam também controlar os pesos e medidas que deviam ser aferidos duas vezes no ano.

---

72 A.H.M.P., Liv. Vereações 90, fl. 160v (1788/06/07).
73 A primeira vez que consta a designação de Cofre da Cidade em vez de Cofre dos Bens do Concelho, foi em 29.12.1753, em que os Vereadores se dedicaram à Sacristia de São Francisco "para efeito de recolherem no Cofre da Cidade 6.000 cruzados [...]". In A.H.M.P., Liv. Vereações 82, fl. 99.
75 Ver informações sobre caracterização social dos Almotacés e situações específicas que equacionam a questão do ofício ser, ou não, desejado em NUNES, Ana Silvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às invasões francesas...
Quanto aos alimentos; no que respeita à Carne deviam acompanhar o processo desde o matadouro ao açougue para que fosse conduzido com higiene; quanto ao peixe vendido na praça devia ser apartado por tamanhos e o seu preço bem visível; o peso do pão e o de todos os produtos deveria estar correcto. Se houvesse poucos mantimentos devia repartir-se de maneira a que “os ricos e os pobres” tivessem todos acesso aos mesmos.

Em relação à higiene da Cidade, zelava para que fosse cumprida a lei que ordenava que limpasse “cada hum ante suas portas das ruas dos esterços e mans cheiros”; as ruas deviam estar isentas de detritos; os caminhos públicos, desimpedidos e limpos com as sebes e vinhas aparadas, onde confrontassem com estes; zelariam também de que nenhuma construção que não respeitasse as regras estipuladas pudesse ser levada a cabo, e se existisse mandá-la-ia corrigir entrosando-se com o Procurador da Cidade nesta tarefa.

Se os Almotacês fossem negligentes no cumprimento das suas obrigações, seriam obrigados a pagar eles próprios as coimas e penas que os infratores deveriam ter pago.

Os Almotacês eram coadjuvados no seu ofício pelos Procuradores do Povo e pelos Jurados.

Quanto aos Procuradores do Povo, sentiu-se muito a falta da sua ajuda quando foi suspensa a Casa dos Vinte e Quatro devido aos motins de 1757, a qual só foi restabelecida em 1795, pelo Príncipe D. João, em nome da sua Mãe, a Rainha D. Maria I.

Logo em 1758, o Almotace Manuel de Figueiroa Pinto, Vereador no ano antecedente e já com anterior experiência de governo, traz à Vereação do dia 20 de Setembro, o problema que tinha causado a ordem do Rei D. José de “extinguir nesta Cidade o Juiz, Procuradores do Povo e os Vinte e Coatro dos Misteres das coais cuidavão e entendia na guarda da mesma Cidade”, por cuja falta tinha aumentado muito a transgressão dos acórdãos da cidade, pois não havia quem vigiasse os “matadouros, asougues, feiras, ribeira, e estradas”, e em todos esses lugares se cometia a referida transgressão não havendo quem a “inventasse nem quem a demandasse as penas nos mesmos acórdãos estabelecidos.” Para evitar tal situação, o Almotacê requeria ao Senado que na forma da “Ordenação

(Filipina) Livro 1º, título 68, § 8º lhe nomeasse os Jurados que parecessem necessários para a guarda da mesma Cidade.

Mas no ano seguinte de 1759, o problema da inexistência do Juiz e dos Procuradores do Povo continua e está bem explícito na Vereação de 2 de Maio, na qual o Senado afirma que a Cidade estava com falta de "governo econômico", por causa da extinção dos "officiais de Juís e Procuradores do Povo e os seus Vinte e Quatro". Devido à sua ausência "se tinhão posto os vendeiros em liberdade e crescido os travessadores de todos os gêneros". Para obviar a tal situação, decidiram encarregar os Juízes da Quadrilha de denunciarem ao Senado todos os "travessadores de qualquer gênero e os vendeiros que excederem as taixas postas pelo mesmo Senado". Para que melhor cumpríssem esta ordem e assim a "Cidade possa estar mais bem servida e livre das dezordens que actualmente experimenta" haveriam a terça parte da condenação pecuniária.

Vemos assim, que não sendo suficiente a existência de Jurados recorriam aos Quadrilheiros para tentar resolver a situação. Mas tal não aconteceu, pois em 1784 na Vereação de 31 de Julho, foi representado pelos Almotaçéis que por haver "poucos oficiais de Justiça para as frequentes diligências de almotaçaria, e por faltarem os quatro procuradores, e os Vinte e Quatro do Povo que coadjuvavam as mesmas diligências, não podia o público ser bem servido, nem elhes acodir com prontidão as obrigações dos seus lugares, principalmente para se evitarem as frequentes travessias que na cidade se praticavam, e por isso se devia dar as providencias necessarias, e remedio oportuno com que se evitasse o prejuízo público; o que atendido por eles Juiz e Vereadores acenturam nomear quatro homens para as diligências da Almotaçaria, e o mais necessário visto a necessidade que havia". Ou seja, continuavam a haver intermediários a especular nos preços e outras infrações que não se conseguiam evitar devido à falta dos procuradores do Povo, que costumavam auxiliar os Almotaçéis na vigilância da Cidade que lhes competia, prejudicando assim, os habitantes da cidade.

2.4 – O Guarda-mor da Saúde

A função de Guarda-mor da Saúde revestia-se de uma grande importância, pois competia-lhe superintender o controlo sanitário da Cidade ao mais alto nível.

57 Travessadores são intermediários cuja acção ocasionava a alta dos preços.
58 O policiamento da época era feito por Quadrilheiros também nomeados na Câmara da Cidade do Porto, no caso desta Cidade.
nomezamente no que respeita às ameaças de peste que chegam por via marítima. Para esse fim devia efectuar “visitas de saúde” às embarcações que queriam entrar na Barra do Rio Douro, sobretudo se fossem oriundas de zonas perigosas a esse nível.

O cargo era prestigiado, sendo exercido pelos dois Vereadores mais novos do ano antecedente, o que era uma prática que remontava a 1626⁹¹, substituindo a lei que determinava a sua eleição⁹².

Os Guardas-mores da Saúde são coadjuvados na sua acção por um Escrivão da vará da Saúde, um Guarda-menor da Bandeira da Saúde⁹³, a quem compete dar parte aos Guardas-mores de todos os navios que entrassem na Barra do Douro, e um “língoa” que era o intérprete para dialogar com o capitão dos barcos estrangeiros. Obviamente, havia ainda um Médico e um Cirurgião para observar os suspeitos de doença. Além destes elementos, há que coordenar acções com os Pilotos da Barra que conduzam ou impedem a entrada dos mesmos navios no Rio Douro⁹⁴. As notícias de Peste são muito frequentes ainda no século XVIII⁹⁵.

III - Actuação do Senado

Na impossibilidade de tecer mais considerações acerca da organização administrativa e das funções desempenhadas pelos elementos do Senado, devido à necessidade de contenção de tempo, passo a considerar algumas situações em que a edilidade portuense demonstra o seu empenho na salvaguarda máxima dos interesses municipais, nomeadamente dos Bens do Concelho. Esse empenho revela-

⁹¹ Desenvolveremos este assunto no decorrer deste capítulo, no qual veremos a menção que os Vereadores fazem ao “Alvará de 28 de Outubro de 1626”, que estabeleceu esta prática. Ver também a este propósito SILVA, Francisco Ribeiro da – O Porto e o seu Torno (1380-1640): os Homens, as Instituições e o Poder... p. 457.

⁹² Ver o desenvolvimento deste assunto – com referência a situações peculiares, rendimentos, pretensão de desempenho do cargo – em NUNES, Ana Silvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às invasões francesas...

⁹³ Consultar a este propósito – notícias de peste, procedimentos, práticas de quarentena, litígios com embarcações estrangeiras, papel do Senado e do Governador das Armas – NUNES, Ana Silvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade. A Cidade do Porto: desde o advento de Pombal até às invasões francesas...

⁹⁴ A função de piloto da barra requer muita perícia, pois a entrada no Rio Douro era muito perigosa não só pelas correntes, mas pelos rochedos que ficavam escondidos na maré alta, os quais têm todos nomes individualmente. Havia uma hierarquia nesta profissão, existindo um Piloto-mor no topo.

se, por excelência, nos pareceres que envia ao Desembargo do Paço a pedido desta instituição.

Na verdade, ao longo do século XVIII foram efectuados requerimentos ao Desembargo do Paço por particulares que viviam na Cidade do Porto ou nos seus arredores. As decisões a tomar por aquele organismo do Poder Central passam pelo pedido de parecer à escala da localidade em que se insere a situação em análise. Assim, o Senado portuense reuniu sempre que foi necessário opinar, inclusive convocando as justiças dos locais se tal fosse preciso.

Pela observação das múltiplas questões que são colocadas à consideração camarária, eu diria que a questão dos emprazamentos é aquela em que a equipe do Senado demonstra maior preocupação em que se acautelam as prerrogativas adquiridas ao longo dos tempos, sobretudo no caso de emprazamentos de casas ou terrenos foreiros à própria Câmara.

Exemplificando:

- Em 1752, um indivíduo — António Ferreira da Cruz — efectuou um requerimento ao Rei para poder impor uma pensão de 10.000 réis em duas moradas de casas sitas na Rua Direita de Santo Ildefonso. A Câmara chama a atenção para o facto de na prática muitos suplicantes procederem da mesma forma, dizendo que o dinheiro se destina ao melhoramento das casas e afinal o "gastão" noutras cousas, resultando a desvalorização dos imóveis em futuras vendas. Ou seja, o requerente usufruiria de maior rendimento mas os bens do concelho em nada beneficiariam desse aumento pois não teriam sido executadas as benfeitorias necessárias.

Assim, o Senado, como medida cautelar sugere o seguinte:

- "O suplicante pode sobre as mesmas casas tomar dinheiro a juro para as despesas dos concertos que alega; nos parese lhe dever ser escuso seu requerimento, porquê Vossa Magestade se sirva deferir-lhe parece que a licença se lhe deve conceder para que possa so para a percepção que precisa para despeza do dito concerto e que esta fique obrigada e arbitrada por esta Câmara e que de outra corte lhe não possa valar por ser o meio em que se poderão evitar os graves prejuízos que rezulta de semelhantes penções; porquê Vossa Magestade determinará o que for servido..." 

Assim, em princípio o Senado é de opinião de que o Rei não deve deferir o requerimento do suplicante, pois este poderia contrair um empréstimo para fazer

---

67 A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2055, fl. 20v.
as invocadas melhorias. No caso de anuência, o Senado exerceria uma ação controladora na apreciação dos custos no sentido de evitar danos de maior.
Outra situação:

- Em 1783, Francisco Manuel Correia de Lacerda⁹⁸, Fidalgo da Casa Real, Cidadão da Cidade do Porto, e sua mulher requerem uma provisão para subemprazarem uma morada de casas sitas na Viela do Ferraz (Cidade do Porto) das quais os suplicantes eram possuidores por prazo fazezim da câmara portuense, pois as casas estavam “muito velhas” e haviam pessoas que as queriam reedificar sendo-lhes subemprazadas. A Câmara opina que como os “direitos dominiais ficam conservados não só na propriedade mas também na pensão subemphyeuta que os suplicantes reservarem no subemprazamento, e com a reedificação fica a mesma propriedade sendo de mais valor, nos parece não haver considerável prejuízo na pertensam dos suplicantes e que elles se fazem dignos de obterem a mercê que pretendem. Vossa Magestade porém, mandará o que for servida”⁹⁹. Ou seja, o subemprazamento, feito da forma que a Câmara determina, seria até aconselhável, pelo que é de parecer favorável.

Ainda com referência a subemprazamentos:

- Em 1785, Bernarda Luisa e Josefa Silva, da Cidade do Porto, pretendem provisão régia para poderem subemprazar uma propriedade de casas e quintal sitas nos matadouros fora da Porta do Sol, de que a Câmara era directa senhoria. O subemprazamento destinava-se a estabelecer uma fábrica na referida propriedade pelo que ficaria aumentado o seu valor. Assim, o Senado entende que o subemprazamento não era prejudicial aos direitos domínialis se ficasse resguardados para a Câmara “todos os direitos respectivos ao domínio directo tanto na propriedade e benfeitorias que nella se fizerem, como na pensão, que as suplicantes pretendem reservar para si; e nem podendo a dita pensão em tempo algum ser vinculada ou sujeita a outro algum onus, que a faça inalienável. Vossa Magestade, porém mandará o que for servida”¹⁰⁰.

---

⁹⁸ Talvez por coincidência, Francisco Manuel Correia de Lacerda era Vereador nesse ano, pelo que o parecer dado em Câmara ao seu requerimento foi apenas assinado por dois dos restantes Vereadores (José de Sousa Correia de Matos, Diogo Leite Pereira de Melo), pelo Juiz de Fora do Geral na qualidade de presidente do Senado e pelo Procurador da Cidade (Bento José Dourado).
⁹⁹ A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 41v-42v.
¹⁰⁰ A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 100, 100v.
O caso que apresento em seguida contém uma parte coincidente com a situação anterior, mas alguma particularidade digna de atenção:

- Em 1785, D. Maria Manoel Moniz Coelho, da Cidade do Porto, pede provisão para poder subemprazar parte da quinta que possuía no sitio de Reimão e ainda o “pedaço de monte pegado” à mesma quinta de que a Câmara tinha o domínio directo, para se construíssem casas nas porções subemprazadas. O Senado opina que se devia deferir a primeira parte da petição desde que a Câmara conservasse o direito domínial para a percepção dos laudémos, tanto dos contratos e vendas que se fizessem nas porções que se subemprazassem e casas que nela se fabricassem, como das pensões subenfeiteuticas que a suplicante reservasse para si, não podendo as mesmas pensões em tempo algum serem vinculadas ou “subjeitas a qualquer onus que embarasse se poderem ellas livremente ser vendidas, para que não venha a seguir-se prejuízo à Cidade nos seus direitos dominiales”\(^{101}\). Quanto ao “monte pegado” à mesma quinta, o Senado dá o parecer de que não se deve deferir o requerimento, pois entenda ser duvidoso pelos documentos anexos que o prazo compreendesse aquele terreno, além de o sitio se “achar destinando para logradouro e uso público e não se deverem nelle fazer obras prejudiciais à fonte pública das Fontainhas, donde se conduz a água para o Colégio de São Lourenço dos Agostinhos Descalços”\(^{102}\). Este parecer não é tão altruista como aparenta, pois quer o Cartório municipal quer mesmo as sessões de Vereação tinham lugar nas Casas do Pátio do Colégio de São Lourenço, pois a Casa da Câmara situada entre o Pátio da Sé e a Rua de S. Domingos estava em ruina eminent.

Uma situação interessante envolve desta feita as Religiosas de Santa Clara, as quais tinham uma provisão antiga que impedía os aforamentos de terras baldias que ficavam atrás do seu Convento, concretamente “fora do muro desta Cidade, por cima das escadas chamadas dos Guindaes até ao Rio Douro”\(^{103}\). O Senado alegava que essa provisão não fora concedida às religiosas “para sempre”, mas determinava sim, que se não fizessem “aforamentos naquelle terreno sem expressa faculdade de Vossa Magestade”\(^{104}\). Por tal facto, em 1784, a Câmara pretende que a Rainha revogue a provisão por ser prejudicial aos interesses da Cidade do Porto, “a qual sendo a segunda do Reino pelo seu grande commercio se vai estendendo cada vez mais e para isso he muito preciso fabricarem-se casas...

\(^{101}\) A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 143v-146v.
\(^{102}\) A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 143v-146v.
\(^{103}\) A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 68, 70v.
\(^{104}\) A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 68, 70v.
naquelle terreno contíguo aos muros, continuando-se o grande número de casas
que já se acham feitas no mesmo sítio, sendo o aumento das povoações tanto da
Real Intensão de Vossa Magestade que por Resolução de 4 de Agosto de 1767, e
por Província de 6 de Outubro do mesmo ano foi servida Vossa Magestade
determinar que em obstante a Ley Novissima promulgada sobre os aforamentos
dos Bens dos Concelhos, se podesse pelo Juízo da Provedoria aforar os
terrenos contíguos às Povoações para o aumento delles” ¹⁰⁵. Não tinham dúvidas
de que o terreno era da Cidade e de que as religiosas não tinham domínio ou outro
direito algum pelo que propunham que as casas que aí se edificassem não
tivessem janelas para o alto mirante que as religiosas tinham construído, o qual
pela sua altura já de per si evitava a devassidão do seu convento. Além disso, já
se tinha construído junto ao convento um logradouro e mais casas depois de a
província ter sido passada, pelo que não as prejudicaria a construção de casas visto
que seria acuadela a privacidade do Convento e por outro lado “como he
gravissimo o prejuízo que se segue a esta Cidade daquelle inculto terreno nem se
fazendo nelle casas, tanto em não perceber a camara os foros e direitos
dominicaes, e he este o caso, em que pelo Senhor Rey Dom João Terceiro se
facultou a esta Cidade o embargar e sustar na execução de quaisquer alvarás,
que fossem concedidos por informação num verdadeira, e de que se podesse
terçar prejuízo” ¹⁰⁶. Como vemos o Senado opta por um notório pragmatismo na
análise do caso em questão, preocupando-se não só com o engrandecimento da
Cidade, que reclamam ser a segunda do Reino, mas também com a defesa dos
interesses da Câmara, pois sem novos edifícios, esta não beneficiaria dos
inerentes foros e direitos da sua qualidade de senhoria.

Ainda a propósito dos Bens do Concelho, no que respeita a terras, em 1769 o
Corregedor e Provedor da Comarca pediu informação à Câmara sobre os baldios,
charnecas ou montados que esta possuía e o Senado declarou que os não havia
pois “todo o seu distrito se compunha de montes maninhos e logradosos dos
Povos que vivem nos lugares delles” ¹⁰⁷.

Poderia invocar muitas outras situações que esclarecem sobre a forma como
o Senado interpreta e tenta defender os seus direitos, mas penso ser interessante
incluir neste estudo uma nota sobre o importante papel dos Tesoureiros, figura
institucional que fazendo parte do Senado portuense é de todas a menos
prestigiada ¹⁰⁸, mas que afinal desempenha uma função de especial relevo, pois é o

¹⁰⁵ A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 68, 70v.
¹⁰⁶ A.H.M.P., Copiador ao Governo, Lv. 2057, fl. 68, 70v.
¹⁰⁷ A.H.M.P., Lv. Vereações 83, fl. 250 (1769/12/06).
¹⁰⁸ A este propósito ver NUNES, Ana Silvia Albuquerque O. – Municipalismo e Sociedade.
A Cidade do Porto: desde o Advento de Pombal até às Invasões Francesas. Dissertação de
Doutoramento em História orientada pelo Prof. Doutor Francisco Ribeiro da Silva e apresentada na
garante em certas ocasiões da vitalidade financeira da própria Câmara. Tal facto pode observar-se pelo conteúdo de uma acta de Vereação\(^{109}\), na qual, o Senado refere que devia aos tesoureiros “passado e actual” mais de quatro contos de réis de despesas que tinham feito por sua ordem cujas quantias se lhes não podiam satisfazer os Bens do Concelho por estarem muito “alcansados” e não chegarem para as despesas anuais. Assim, como no Cofre da Cidade havia dinheiro suficiente para satisfazer as referidas dívidas decidem dar conta do facto à Rainha D. Maria, viva Desembargo do Paço e pedir-lhe provisão para se tirar do mesmo cofre a quantia em causa. O teor da carta reveste-se de um relevante interesse pois aborda não só concretamente a questão em epígrafe, mas também outras situações que importa referir relacionadas com o mesmo assunto. Observemos o seu conteúdo:

— "Senhora. Representando a Vossa Magestade o Senado desta Câmara da Cidade do Porto que celebrando com Vossa Magestade o contrato do encabeçamento das cizas no ano de mil e quinhentos e sessenta e quatro lhe ficara portencendo todos os ramos das cizas com obrigação de inteirar o cabeceio estipulado, e que dos referidos ramos se aplicarião alguns para as despesas do concelho, e outros se destinaria para a satisfação do cabeceio, e os sobejos para a contribuição das alças se determinou se metesse em um cofre, que se acha no convento de S. Francisco desta cidade donde sai somente para as aplicações que Vossa Magestade determina; o produto dos ramos aplicados para o concelho o recebe o tesoureiro da Câmara e com ele e mais bens da Câmara vai satisfazendo as despesas do concelho com sempre se tem praticado; porém como por uma parte os encargos se tem aumentado tanto pela maior despesa causada pela mudança dos tempos como também com algumas novas obrigações como é a do lugar do Juiz do Crime a quem Vossa Magestade mandou dar os mesmos ordenados e propinas que na Câmara vence o Juiz de Fora\(^{110}\), e por outra parte as rendas tem diminuído assim como o ramo de ver o peso, que rendia anualmente perto de um conto de réis, cujo produto há quatro anos se acha por cobrar porque movendo-se litígio entre este Senado e os devedores sobre a validade do Foral por sentença da Casa desta Relação ficou este Senado privado daquele ramo, a qual sentença, inda que esteja agravada para a Casa da Suplicação, está a cobrança impedida e contingente. Se acha este Senado devendo ao


Tesorheiro actual António Mendes Guimarães um conto e novecentos e quarenta e seis mil oitocentos e trinta e cinco réis; não entrando neste cálculo 875.500 réis que tanto importam os mandados que se vencem no fim do presente mês de ordenados estabelecidos por provisões de Vossa Magestade, e como no Cofre que se acha no Convento de S. Francisco dos Sobejos dos outros ramos se acha actualmente 11 contos, 887 mil, 740 réis, e se devem ainda ao dito cofre perto de 17 contos de réis cujas quantias excedem em muito as consignações da criação dos Meninos Expostos e as mais para que estão aplicados os ditos sobejos por estes parecia justo que Vossa Magestade se dignasse mandar passar provisão para se satisfazer aos dois tesorheiros, as sobreditas quantias que todas importam 4 contos, 632 mil e 474 réis. E porquanto na mão dos sobreditos tesorheiros parão 750 mil réis; que da repartição das Alças se tirarão 50.000 réis cada ano para uma cadeira de Filosofia, que há 15 anos se acha vaga se podia esse dinheiro aplicar para se fazer um pálido capaz, e decente para a Processão do Corpo de Deus, e outras mais que este Senado é obrigado a fazer ficando algum resto, se o houver, para as despesas do concelho, porém, quando pareça a VM aplicar aquele dinheiro para outro fim seria justo se tirasse também do Cofre a despesa do Pálido atendendo que o pálido que tem este Senado já está muito velho e indecente para semelhantes funções. Vossa Magestade mandará o que for servida.

Porto, em Câmara, 14 de Junho de 1777

Deste modo a Câmara alviria a solução da satisfação de contas e ainda aventa a hipótese de conseguir um novo pálido para o Senado à custa da cadeira de Filosofia, vaga havia quinze anos!

Podemos observar ainda a actuação do Senado noutro género de questões, como por exemplo, a da rematação de sisas. Neste caso tratava-se da sisa do pescado. Ninguém a lançava havia mais de três meses pela "contingência da guerra" e como era grande a diminuição em relação ao ano antecedente, assentou-se em vereação que ficasse "por administração por ser esta a prática observada no conceio da fazenda, quando as rendas reais se acham em tais circunstâncias". Assim, o Senado elegeu Bento José de Faria, "homem de negócio desta cidade", e "se lhe deu a dita administração para cobrar o dito direito", o qual seria entregue da forma que estipularam. Ou seja, seria obrigado a receber o pescado pelo preço de bordo e por ele dar conta de três em três meses e no fim do ano fechar a dita conta com o total recebimento assim como também com o
benefício que tivesse feito no peixe (sobre o preço de bordo), tudo na "forma do costume mercantil", sem risco do Senado da Câmara porque todas as dívidas seriam por conta dele administrador como também os armazéns e os carretos, "como praticão os estrangeiros". Teria de sua comissão 5 % do líquido da entrega; a administração principiaria no primeiro dia de Julho desse ano de 1799 e terminaria no último dia de Junho do ano seguinte. Seria obrigado a dar fianças "chans e abonadas" a contento do Procurador da Cidade.

Exemplo maior da defesa dos bens do concelho, penso ser aquele que por último deixe aqui registado. Refiro-me ao termo de responsabilidade que efectuou Francisco de Sousa Pimentel\textsuperscript{114}, advogado do número da Relação, pelo pagamento das custas da causa de que o Senado lhe deu procuração, obrigando-se ainda, por sua pessoa e bens a satisfazê-las no caso de não vencer.

\textsuperscript{114} A.H.M.P., Lv Vereações 85, ii, 299v (1770/05/05).